



POLÍTICA AMBIENTAL, APP E PARQUES URBANOS

JÚNIOR, Joel Paulo (joel.paulo@outlook.com)¹; **FLEITAS, Mayra Jara Azuaga** (mayrajara15@outlook.com)¹; **GAONA, Jairo Campos** (jairogaona@ufgd.edu.br)².

¹Discente do Curso de Gestão Ambiental – UFGD; ² Docente do Curso de Gestão Ambiental – UFGD.

A política ambiental relacionada às Áreas de Preservação Permanente (APP) em parques urbanos, abrange práticas sustentáveis e atender a legislação visando o uso público ofertando lazer e recreação para a população douradense, mas regulando o uso de forma a minimizar impactos nas APP. Seguindo os princípios de proteção aos mananciais, de proteção das Áreas de Preservação Permanente e da demarcação e proteção dessas áreas, os Parques Antenor Martins, Primo Fioravante e Arnulfo Fioravante não atendem integralmente a legislação (Art 36 e Art 96, Plano Diretor de Dourados, LC72/2003), entretanto todos possuem potencial para o uso público sustentável, práticas ambientais e prestam serviços ambientais. Esses parques possuem mananciais, corpos de água, APP, áreas verdes, bacias de retenção auxiliando no controle do escoamento superficial e na drenagem das áreas no entorno dos parques. O objetivo do trabalho foi promover a política ambiental de cuidados com as Áreas de Preservação Permanente em Parques Urbanos. Tendo como base as disciplinas de Projetos Integrados em Gestão Ambiental I, II e III, o projeto de extensão planejou e executou ações como promoção de práticas ambientais de cuidado e uso sustentável dos parques, trilhas de percepção ambiental, contemplação e observação de fauna silvestre, monitoramento de uso das áreas, importância da mata ciliar, mapeamento de nascentes, delimitação de APP e sensibilização na separação de resíduos sólidos. As ações desenvolvidas com turmas do 1º ao 3º ano do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS – Campus Dourados, abordaram a importância das matas ciliares, as nascentes, cuidados como manutenção e proteção das APP, a observação de aves, gestão de resíduos e a gestão participativa para os parques. O monitoramento ambiental mostrou a falta de matas ciliares, déficit de APP, processos erosivos, poluição do ambiente, falta de infraestrutura e programas de educação ambiental, o que impacta negativamente o uso público e vários serviços ambientais, como a proteção e qualidade dos mananciais, o conforto térmico, a conservação do solo, o abrigo e refúgio da fauna e serviços culturais como lazer e recreação para a população. É prioritário a implementação integral da política e práticas ambientais para os parques. Dentro das ações para serem implementadas estão a restauração ambiental das APP, a compensação do déficit de APP, a gestão de recursos naturais, a gestão de resíduos, a proteção e sinalização dos mananciais, programas de manejo, uso público e educação ambiental. A gestão participativa da comunidade se faz necessária para a sensibilização sobre as questões de proteção das nascentes e APP, qualidade da água, cuidados com as áreas verdes, manutenção dos parques, oferta de serviços para a comunidade, necessidade e importância das matas ciliares, gestão de resíduos sólidos, uso dos espaços públicos, uso sustentável dos parques e práticas ambientais.

Palavras-chave: Áreas Verdes, Mananciais, Práticas Ambientais.

Agradecimentos: À UFGD pela bolsa de extensão, SIGProj 310045.1731.19159.14082018.